

Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião

anais.est.edu.br/genero

ECOLOGIA | ECONOMIA | ECUMENISMO

ECOLOGIA | ECONOMIA | ECUMENISMO



UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS MINISTÉRIOS DE “CURA E LIBERAÇÃO” DE IDENTIDADES TRANS: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E DISCURSOS RELIGIOSOS DISCRIMINATÓRIOS

A socio-juridical analysis of ministries of "healing and liberation" of *trans* identities: human rights violations and discriminatory religious discourses

Paulo Adroir Magalhães Martins

Resumo

Utilizando o método de procedimento socioanalítico e a abordagem dedutiva, a pesquisa visa analisar sob um prisma sociojurídico os ministérios de “cura e liberação” das identidades trans, corriqueiramente denominados de processos de “cura travesti” ou “cura transexual”. A pesquisa aborda a perspectiva dos ministérios de “cura e liberação” no reconhecimento equivocado das identidades trans, os quais traduzem-se em violações aos direitos humanos das pessoas que passam por esses procedimentos. Evidencia-se que as identidades trans são expressões identitárias inteligíveis que confrontam as normas sociais dominantes de sexo e gênero, estas incapazes de contemplar a diversidade sexual humana, aspecto que é relacionado ao impacto dos discursos religiosos no reconhecimento daqueles indivíduos no meio social. Enquanto perdurar essencialismos e preconceitos nos discursos religiosos, perpetuar-se-á um reconhecimento equivocado das pessoas trans e violações a seus direitos humanos.

Palavras-chave: Identidades trans. Ministérios de “cura e liberação”. Direitos humanos.

Abstract

Using the socio-analytical procedure method and the deductive approach, this research aims to analyze in a socio-juridical perspective the ministries of "healing and liberation" of trans identities, usually referred to as “transgender healing”. The study addresses, in the perspective of ministries of "healing and liberation", the misrecognition of trans identities, which translate into violations of the human rights of persons who undergo such procedures. It is evident that trans identities are intelligible identity expressions that confront the dominant social norms of sex and gender, these are unable to contemplate the human sexual diversity, an aspect which is related to the impact of religious discourses in recognition of those individuals in the social environment. As long as there are essentialisms

and prejudices in religious discourses, there will be the perpetuation of a misguided recognition of trans people.

Keywords: Trans identities. Ministries of "healing and liberation". Human Rights.

Considerações Iniciais

Os seres humanos, no transcorrer das transformações da organização social na história da humanidade, adaptaram-se ao meio em que conviviam transformando-o, ao passo em que eram transformados por este. Os indivíduos humanos são seres sociais e sua adaptação ao mundo depende das relações constituídas, sendo estas indispensáveis às coletividades para a construção dos sujeitos. A convivência em grupos sociais pressupõe que sejam consubstanciados alguns acordos no contexto social, tácitos ou impostos, para que o cotidiano seja mais organizado e as relações entre os seus membros ocorra da forma mais pacífica e humanizadora possível. As relações entre humanos foram e continuam sendo objeto de construção, a partir de relações e hierarquizações de poder, situações estas que concebem desigualdades na vida social.

Neste contexto de complexidade das relações sociais e da diversidade de identidades existentes e conviventes, as pessoas trans possuem uma história de exclusão da vida pública e suas identidades foram construídas de tal forma, que se gerou uma significativa desigualdade e opressão de seus corpos nas relações entre indivíduos, naturalizada no seio social e jurídico, influenciada em especial pela heteronormatividade e pela aversão ao "anormal". O debate acerca das identidades equivocadas de pessoas trans captou a atenção da sociedade quando estas e estes reivindicaram, através dos movimentos de indivíduos cuja expressão sexual não se enquadrava nos estereótipos tidos como "corretos" e "normais" pela heteronormatividade, o reconhecimento dessas identidades como seres humanos libertos do estigma de submissão, livres para decidirem sobre seus corpos e suas vidas.

Assim, num primeiro momento, o presente texto pretende abordar o processo de expressão e significado dos corpos e identidades trans. Após, analisa-se a influência do discurso religioso nos processos de expressão das identidades sexuais. E, por fim, apresenta-se os efeitos do discurso religioso na significação das identidades trans na perspectiva dos

ministérios de “cura e libertação”, ressaltando as violações em direitos humanos que tais “terapêuticas” ocasionam.

Corpos e identidades *trans*

A sexualidade é parte essencial e integrante da identidade humana, e por consequência de sua personalidade, por isso qualquer pessoa possui o direito de exercê-la livremente, sendo garantida tal liberdade com base no texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse sentido Michel Foucault¹ ensina que o corpo humano é a “superfície de inscrições dos acontecimentos”, ou seja, através do corpo que manifestam-se as identidades, em especial a identidade sexual, e ocorrem infindáveis possibilidades de relações entre os seres humanos. Ao contrário do que as ciências naturais tentam impor sobre os indivíduos, o corpo não é um produto finalizado, pronto e dado pela natureza biológica. Por uma ótica foucaultiana, o sociólogo francês David Le Breton², enfatiza que o corpo é fruto da trajetória pessoal do indivíduo em um contexto sociocultural. Remete-se, então, o corpo à historicidade do indivíduo.

Pessoas trans deparam-se com dificuldades para ver garantida a suas identidades de gênero em razão do senso comum de que estas são determinadas somente por fatores biológicos e não o resultado de diversos vetores que ultrapassam a forma física humana. O sexo jurídico, ou seja, aquele que consta no Registro Civil, como expressão da identidade sexual, exemplifica a preferência ao sexo biológico sobre o psíquico, já que tal depende da declaração dos pais em relação ao sexo morfológico da criança. Geralmente, os indivíduos apresentam o sexo psicológico como reflexo do sexo biológico e havendo sincronismo entre ambos, a identidade de gênero dessa pessoa será condizente com o seu gênero. Tal situação não condiz com a realidade das pessoas trans, pois entendem que seu gênero não está representado no seu sexo biológico, ocasionando grande sofrimento em razão da discordância entre sua aparência e seu estado psíquico.

¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e Revisão Técnica: Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 65.

² LE BRETON, David. *Adiós al cuerpo: una teoría del cuerpo em el extremo contemporáneo*. Traducción: Ociel Flores. 2 ed. México: La cifra editorial, 2011, p. 10.

A socióloga brasileira Berenice Bento³, cujos estudos são referência incontornável para a temática de gênero e transgeneridades no campo das ciências sociais, aborda a temática como uma experiência identitária de enorme conflito com as normas de gênero, as quais vem da reprodução do pensamento centrado-lógico de que o gênero reflete o sexo, moldando a sexualidade a partir de disposições supostamente naturais. Nesse sentido Bruno Cesar Barbosa⁴ demonstra que há uma confusão nos discursos públicos entre transexualidades e travestilidades, sendo que aquelas se caracterizam por vivências performáticas na qual a autopercepção encontra-se de encontro às normas sociais de sexo e gênero. Assim, independe da realização ou não de intervenção cirúrgica para a caracterização transexual, claro que muitos optam por fazê-la, mas não é uma condição *sine qua non* para a identificação.

Judith Butler⁵ destaca o caráter compulsório do qual a heterossexualidade e a visão binária de sexo, gênero e orientação sexual se reveste nas sociedades contemporâneas. Destaca-se o modo como tal caráter faz com que a cultura não admita um indivíduo ser outra coisa além de um homem sociobiológico ou uma mulher sociobiológica. Essa ordem impõe que, a única forma legítima de amor e desejo sentidos por um homem esteja dirigida a uma mulher, e vice-versa. Esse caráter compulsório recebe a alcunha de heteronormatividade, sendo parte da ordem social, ou seja, constitui um conjunto estabelecido de relações de poder, que privilegia e promove a heterossexualidade em congruência com o modelo biológico e morfológico dos sexos e sua representação social, em detrimento de outras expressões das sexualidades possíveis. A heteronormatividade abrange um escopo amplíssimo de relações sociais, manifestando-se cotidianamente em diversas situações.

Outrossim, verifica-se que o estereótipo “homem heterossexual preso no corpo de mulher” ou “mulher heterossexual presa no corpo de homem”, não conseguem contemplar todos os envolvidos. Defende-se, então, a desconstrução do ideal universalizante da identidade trans heterossexual no pós-operatório e assexuado antes e durante a

³ BENTO, Berenice Alves de Melo. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 40.

⁴ BARBOSA, Bruno Cesar. "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, no. 14, p. 352-379, ago. 2013, p. 355-358.

⁵ BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 25-28.

redesignação sexual. Destaca-se a divergência entre o modelo científico apresentado e a realidade concreta, sendo que esta não pode ser ignorada.

A identidade de gênero independe da orientação sexual⁶. A pessoa sentir atração por outra é um dado que não pode ser qualificado para definir seu sentimento de pertença a um gênero. A transexualidade e a homossexualidade por si e separadas, enquanto expressões identitárias, são transgressões evidentes das normas de gênero na sociedade. Logo, quem constrói sua sexualidade através de uma identidade de gênero e uma orientação sexual que não são partes do modelo dominante, transgredir duplamente as normas culturais e, portanto, é duas vezes mais invisibilizado.

O impacto dos discursos religiosos no reconhecimento das identidades trans

No debate acerca dos corpos, é importante ter presente que os discursos possuem funções estratégicas de dominação, sobre eles são disseminados saberes e formadores de opinião que compõem redes homogêneas de poder. Assim se formam dispositivos capazes de controlar os corpos dos indivíduos, especificamente no que diz respeito às características sexuais do organismo humano, visto que o controle social se foca na representação social dos corpos⁷ e como estes são reconhecidos pelos agentes sociais.

O problema não é o tratamento que a religião concede à diversidade sexual, mas sim o impacto de discursos junto a práticas religiosas que discriminam e incentivam o preconceito e a exclusão dos diferentes, em razão de sua identidade sexual, causando grande sofrimento nos sujeitos cuja identidade não é compatível com o que padrões dominantes definidos como “correto”. Não é novidade que “A Igreja e o Estado sempre estiveram preocupados com a forma como a sexualidade é vivida por isso. Regulando a sexualidade é possível controlar as reações das pessoas. Afinal, a sexualidade tem a ver com nossas relações na sociedade, especialmente com relações de poder.”⁸

Os discursos constituem ferramentas de representação dos corpos que superam a corporalidade em níveis linguísticos, são também o suporte psíquico das memórias

⁶ CASARES, Aurélio Martín. *Antropologia del género: culturas, mitos y estereotipos sexuales*. 3 ed. Madrid: Cátedra Ediciones, 2012, p. 49.

⁷ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: A vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J.A. Guilhon Albuquerque. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 26-28.

⁸ MUSSKOPF, André Sidnei. Corpo e corporeidade a partir de 1 Co 12.12-27 com acercamentos do ponto de vista da teologia gay. In: STRÖHER, Marga J.; DEIFELT, Wanda; _____ (Orgs.). *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal; CEBI, 2004, p. 152.

individuais e coletivas do sujeito humano⁹. Cada indivíduo e seu corpo são marcados pelas experiências de vida oriundas das relações sociais ou entre o sujeito e si mesmo, não obstante, marcadas pela linguagem e pelos padrões culturais. Logo, para se interpretar um discurso, é necessária a compreensão das imagens linguísticas criadas por ele, isso decorre essencialmente de uma interpretação política. O entendimento dos signos e dos símbolos nos discursos depende de analisar a norma social e suas repercussões entre as pessoas.

André Sidnei Musskopf¹⁰ realiza uma leitura do corpo no contexto histórico religioso, destacando que a moral sexual cristã auxiliou a consolidar a ideia da intimidade corporal entre o próprio sujeito e terceiros através da culpa, associando assim o corpo enquanto símbolo, com o ideal de pecado. Isso cria um intrincado sistema de controle social no qual os corpos são disciplinados e policiados por meio da vergonha e da culpa, retirando a autonomia do corpo do indivíduo para o conjunto social, em especial as instituições religiosas. As normas corporais não desaparecem, se multiplicam e se fazem mais incisivas, de tal maneira que os sujeitos nem percebem a sua submissão a tal codificação.

Experiências, como as de pessoas trans, permitem se perceber que ideias como “vontade divina”, “culpa” e “pecado”, por mais que influenciem o psicológico das pessoas, não contemplam a sua corporalidade e as suas vivências históricas, mas servem como ferramenta para embasar discursos discriminatórios, demonstrando o poder regulatório no âmbito social de um sistema de valores que busca conter e frear as manifestações corpóreas entendidas como dissidentes. O discurso religioso é um mecanismo extremamente eficiente para regulamentar os corpos e suas sexualidades. Ocorre que nesses diversos discursos religiosos pode-se encontrar posições de vertentes mais receptivas e respeitadoras das expressões das sexualidades fora dos padrões heteronormativos, enquanto que outros daqueles pregam discriminações e agressões a quem é diferente. Destaca-se que entre esses dois extremos há uma zona umbral na qual podem se enquadrar alguns desses discursos.

Os ensinamentos e tradições da maioria das denominações religiosas do globo terrestre ainda negam as experiências corporais das sexualidades que afrontam os moldes conservadores da estaticidade corporal e da heterossexualidade. Por meio de uma interpretação aistórica dos textos religiosos sagrados, em especial os constantes na bíblia,

⁹ COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Tradução: Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 31.

¹⁰ MUSSKOPF, 2004, p. 149-153.

combinada com costumes e tradições das Igrejas cristãs, assevera-se a promoção de discursos de cura e conversão das chamadas sexualidades desviantes¹¹. Entre as visões mais estreitas do conservadorismo, perduram-se ideias dos ministérios de “cura e liberação” de pessoas trans, as quais geralmente são vistas como pecadoras e possuídas por demônios ou pombagiras, em especial a Sete Saias ou Lady Gaga, como afirma Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho¹². Esses ministérios empregam o uso de coerções físicas, simbólicas e psíquicas para suprimir as identidades das pessoas trans, no que pode ser definido como uma forte lavagem cerebral para que essas pessoas integrem os padrões da moral sexual dominante heteronormativa. Evidenciando-se, assim, um completo desrespeito pelos seres humanos submetidos a essas “terapêuticas” religiosas, as quais violam não apenas a subjetividade e espiritualidade daquelas pessoas, mas também sua integridade física e psíquica.

Cabe ressaltar que, ao que pesem os avanços apresentados pela Igreja Católica Apostólica Romana, trazidos pelo novo Papa, que preza pelo respeito à diferença, a acolhida e o respeito de todos e todas indiferentemente quanto a sua sexualidade, não se pode olvidar que as estruturas da igreja seguem sendo preconceituosas e pregando a “cura pastoral” para as pessoas cuja sexualidade não se encontra no modelo “correto” dos padrões dominantes, entre estas as pessoas trans, conforme trecho da XIV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos do Mundo, denominada “A vocação e a missão da família na igreja e no mundo contemporâneo”, realizada em 2014, que fez: “A atenção pastoral às pessoas com tendência homossexual. A cura pastoral das pessoas com tendência homossexual levanta hoje novos desafios, devidos também a maneira como são socialmente propostos os seus direitos.”¹³ Destaca-se que neste documento é interessante observar a votação dos bispos em diversos aspectos, denotando que a igreja segue com estruturas bastante conservadoras.

Seja por ignorância ou por manifesto interesse no controle social, a diversidade sexual humana é, por vezes, tratada nos meios jurídicos e religiosos numa miscigenação confusa. Por vezes identidades homossexuais, trans e outras manifestações de sexualidade

¹¹ MUSSKOPF, 2004, p. 149-153.

¹² MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Sai desse corpo que esse caminho não te pertence! Pessoas trans* e ex-trans* em (re/des)caminhos de gênero, corpo e alma. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, Ano VIII, no. 24, p. 197-219, 2016, p. 201.

¹³ SINODO DOS BISPOS: XIV Assembleia Geral Ordinária. “A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo”. Lineamenta. Documento 18. Brasília: Edições CNBB, 2015, p. 55-56.

desviante são amalgamadas na expressão “gay”. Nesse sentido, as terapias de (re)orientação ou reversão sexual são difundidas como solução para todas as sexualidades que não se enquadram no modelo cis-heteronormativo. Cabe ressaltar que a expressão “cura” é a forma coloquial como se refere as terapias reparativas, de reversão ou de (re)orientação sexual em diversos segmentos das ciências sociais e humanas, e incluem procedimentos aversivos de práticas das sexualidades entendidas como desviantes acompanhados estímulos corporais como eletrólise e administração de medicamentos acompanhados de terapia psicanalítica e intervenções religiosas¹⁴.

À medida que o corpo é interpretado além de “um microcosmo de uma ordem maior”¹⁵, é possível perceber uma mudança nos discursos sobre as sexualidades. Nessa nova episteme nota-se a sexualidade como um dos cerne necessários para analisar e entender a organização da sociedade. Na acepção de Judith Butler¹⁶, os discursos residem nos corpos, se acomodam neles, mais precisamente, “[...] os corpos, na verdade, carregam discursos como parte de seu próprio sangue”. Isso não implica em negar a materialidade dos corpos, mas ressaltar os processos e práticas discursivas que transformam corpos em designadores das sexualidades e, conseqüentemente, se convertem em definidores dos sujeitos. Nessa perspectiva as identidades trans são vistas como parte integrante do aspecto maior da diversidade humana, sendo necessário seu respeito e reconhecimento devido, prática discursiva difundida nas Igrejas Inclusivas que se colocam como bastiões de esperança para que as pessoas que não se enquadram nos estereótipos das sexualidades dominantes possam exercer sua espiritualidade junto a coletividades sem medo de qualquer represália quanto a sua identidade.

Considerações Finais

A cultura, o direito e a religião possuem grande impacto no cotidiano dos corpos e são capazes de proteger ou marginalizar as identidades, em especial as sexualidades. Deve-se prezar por discursos em que se assegure uma interpretação respeitosa das diferenças e da diversidade sexual, em que os corpos tenham autonomia para desenvolver-se de acordo

¹⁴ KANTOR, Martin. *Why a gay person can't be made un-gay: the truth about reparative therapies*. Santa Barbara, CA: RAEGER, 2015, p. 169 -174.

¹⁵ LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 80.

¹⁶ PRINS, Baukje; MEIJER, Irene. Como os corpos se tornam matéria: entrevista Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 10, no. 1., p. 155-167, jan. 2002, p. 163.

com a vontade e identidade de cada indivíduo, garantindo-se uma dignidade da pessoa humana não fundamentada em verdades não contextuais, essencialismos ou na perspectiva deturpada e excludente de algumas interpretações de textos religiosos.

O Estado, então, deve propiciar os meios para os indivíduos desenvolverem as suas sexualidades da maneira que melhor lhes convir. Sendo que para a efetiva inclusão e reconhecimento dos indivíduos que se expressam nas mais variadas identidades que comportam a diversidade sexual, uma série de preceitos dos direitos humanos deve ser garantida, entre eles, a disposição sobre o próprio corpo, à sua integridade física e moral, à saúde física e emocional, à sua intimidade, à privacidade, ao nome, à igualdade e à liberdade de livre expressão sexual, os quais são protegidos pela norma máxima do ordenamento jurídico brasileiro. Isso objetiva o exercício do respeito pelo Estado e pela sociedade acerca da diversidade sexual, permitindo a integração e a convivência pacífica entre as pessoas, situação condizente à dignidade de qualquer ser humano. É necessária, também, a difusão de uma perspectiva de respeito às diferenças nos meios jurídicos e religiosos, rompendo essencialismos e elucidando ignorâncias para que ninguém seja submetido a tratamentos, terapêuticos ou intervenções que minem sua percepção de si e de sua sexualidade.

Referências

BARBOSA, Bruno Cesar. "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, no. 14, p. 352-379, ago. 2013.

BENTO, Berenice Alves de Melo. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASARES, Aurélia Martín. *Antropología del género: culturas, mitos y estereotipos sexuales*. 3 ed. Madri: Cátedra Ediciones, 2012.

COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Tradução: Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: A vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J.A. Guilhon Albuquerque. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e Revisão Técnica: Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

KANTOR, Martin. *Why a gay person can't be made un-gay: the truth about reparative therapies*. Santa Barbara, CA: RAEGER, 2015.

LE BRETON, David. *Adiós al cuerpo: una teoría del cuerpo em el extremo contemporaneo*. Traducción: Ociel Flores. 2 ed. México: La cifra editorial, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Sai desse corpo que esse caminho não te pertence! Pessoas trans* e ex-trans* em (re/des)caminhos de gênero, corpo e alma. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, Ano VIII, no. 24, p. 197-219, 2016.

MUSSKOPF, André Sidnei. Corpo e corporeidade a partir de 1 Co 12.12-27 com acercamentos do ponto de vista da teologia gay. In: STRÖHER, Marga J.; DEIFELT, Wanda; _____ (Orgs.). *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal; CEBI, 2004.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene. Como os corpos se tornam matéria: entrevista Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 10, no. 1., p. 155-167, jan. 2002.

SINODO DOS BISPOS: XIV Assembleia Geral Ordinária. *“A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo”*. Lineamenta. Documento 18. Brasília: Edições CNBB, 2015.